

Pedagogo e
especialista em RH

José Emídio
Teixeira

Relações de **TRABALHO**

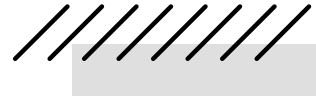
Nem **Freud**
EXPLICA








ALTA BOOKS

GRUPO EDITORIAL

Rio de Janeiro, 2024



SUMÁRIO

	PREFÁCIO 1	1
	PREFÁCIO 2	6
	PREFÁCIO 3	9
	INTRODUÇÃO	11
	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	15
	CONCEITOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	30
	ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	50
	DEMOGRAFIA E RELAÇÕES DE TRABALHO	83
	COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO	92



CLIMA ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES DE TRABALHO

115



LIDERANÇA E RELAÇÕES DE TRABALHO

133



O GERENTE COMO PORTA-VOZ DA EMPRESA

151



O PODER E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

174



NEGOCIAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

183



GESTÃO DE CONFLITOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

232



O PROFISSIONAL DE RELAÇÕES DE TRABALHO

254

CONCLUSÃO

277

ANEXO

287

BIBLIOGRAFIA

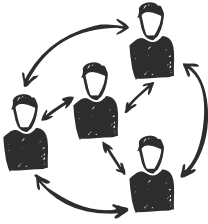
300

FILMOGRAFIA

303

ÍNDICE

304



EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Para melhor compreender o atual estágio das relações de trabalho, é importante revisitar a história, saber como se deu a sua evolução ao longo do tempo. As relações de trabalho não começaram do jeito que estão hoje. Elas não são fruto de um projeto teórico, mas sim resultado das ações desenvolvidas pelos diferentes atores sociais.

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO MUNDO

As relações de trabalho nasceram com a Revolução Industrial. Só com o surgimento da indústria, entre 1760 e 1810, apareceram os atores e as relações entre eles. No início eram só dois: patrões e trabalhadores. Logo, apareceu o terceiro: o sindicato.

Como eram esses atores naquele momento em que todos estavam ensaiando quais seriam seus papéis no decorrer dos próximos séculos? Os patrões eram capitalistas e mercantilistas, controlavam os bens e a produção, contavam com uma grande oferta de mão de obra e tinham uma visão social medieval. Os trabalhadores eram de origem rural, estavam acostumados ao trabalho duro, não tinham bens, eram

desamparados, miseráveis e também tinham uma visão social medieval. Já os sindicatos surgiram como associações para autodefesa. Tinham como objetivo inicial a melhoria das condições de trabalho. Seus membros possuíam o mesmo perfil dos trabalhadores, acrescido de um sentimento entre o inconformismo e a revolta. Em pouco tempo, dividiram-se em dois grupos: os reformistas e os revolucionários.

No início, as relações entre patrões e trabalhadores eram completamente desiguais. Uns tinham tudo, outros não tinham nada. Uns detinham o poder, aos outros só restava obedecer. Uns viviam, outros sobreviviam. Eram duas classes distintas, uma subjugando a outra. Restou aos sindicatos pregar a luta dessas classes.

Antes que as coisas mudassem, surgiram líderes que pregavam e praticavam ações radicais, como Nelson Ludd e seus 'ludistas' (1810/1811) que quebravam as máquinas das fábricas na Inglaterra. Na França, havia trabalhadores que colocavam tamancos (*sabot* em francês) nas engrenagens. Desse comportamento, surge a palavra 'sabotagem'.

Desse momento em diante houve progresso em ambos os lados. Surgiram leis de proteção aos trabalhadores, muitas patrocinadas por empresários como a Robert Owen (lei que limitou o trabalho de mulheres e crianças na Inglaterra), em 1819. Em outros países, tais leis sucederam-se nos anos seguintes. Organizações sindicais se estruturaram e ocorreram divisões ideológicas entre elas.

Em 1848, Marx e Engels lançaram o livro Manifesto Comunista, que serviu de base conceitual para os defensores do socialismo. Já em 1864, foi realizada a Primeira Internacional Socialista, que reuniu representantes de vários países. Esse congresso se repetiu mais três vezes, cada uma delas liderada por um ou mais expoentes nesse campo ideológico.

Fatos relevantes da evolução dos sindicatos no século XIX

AÇÕES DO ESTADO	AÇÕES DOS TRABALHADORES
1848 – O direito à greve é reconhecido na França como um dos direitos fundamentais do indivíduo.	1829 – Foi criada a Grande União dos Fiadores e Tecelões da Grã-Bretanha e a Associação Nacional para a Proteção do Trabalho: 150 sindicatos com mais de 100.000 membros.
1867 – A Bélgica se coloca na frente da Europa em matéria social. São criados numerosos direitos. Dentre eles, o direito à greve.	1867 – Foi criado na Inglaterra o primeiro fundo de greve.
1875 – Na legislação inglesa, os termos “amo e servo” passam a denominar-se “patrão e trabalhador”.	1872 – Durante o V Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, com a cisão entre marxistas e bakuninistas, ocorre a primeira grande divisão entre os representantes dos trabalhadores.
1884 – Reconhecem-se os sindicatos na França.	1886 – Em Lyon, cria-se a Federação Nacional de Sindicatos e grupos cooperativos (FNS), precursora da CGT francesa

Ordem	1ª Internacional	2ª Internacional	3ª Internacional	4ª Internacional
Realização	1864	1889	1919	1938
Referência	Marx	Lenin	Lenin Rosa Luxemburgo	Trotsky

Figura 1 – Coordenadores da internacional socialista.

Ainda em 1864, no dia 1º maio, houve 5.000 greves nos Estados Unidos. Nesse período, quatro sindicalistas foram condenados à morte. Por essa razão é que o Dia do Trabalho é comemorado em todos os países em 1º de maio. Menos nos Estados Unidos, onde é comemorado em 2 de setembro.

Em 1891, o Papa Leão XIII, preocupado com o rumo que tomava o convívio entre patrões e trabalhadores, publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, fazendo uma proposta para organizar as relações de trabalho. Trata-se do primeiro “livro” que aborda o tema. A Encíclica dedicava “capítulos” especiais para cada um dos atores sociais, fazendo recomendações de comportamento. Ela serviu de base para a criação da Democracia Cristã.

Em outubro de 1917, os comunistas, liderados por Lenin, tomaram o poder na Rússia. Esse fato criou um mecanismo de pressão sobre outras nações. Para evitar o comunismo, os diversos países fizeram concessões aos trabalhadores. Essa situação perdurou até o fim da Guerra Fria.

Já em 1927, atendendo à sugestão de Leão XIII, Mussolini decretou a Carta del Lavoro, regulamentando as relações de trabalho na Itália.

No pacote do New Deal, em 1935, foi aprovada a Lei Wagner, que regimentou as relações de trabalho nos EUA. A lei foi oriunda de um projeto do Senador Robert Wagner, daí o seu nome.

Em 1939, começou a Segunda Guerra Mundial, que interrompeu a vida normal e os avanços das relações de trabalho nos países mais relevantes.

Quando os homens voltaram às fábricas nos EUA, em 1945, encontraram empresas com melhores relações de trabalho. Durante a Segunda Guerra Mundial, o trabalho nas fábricas foi realizado por mulheres e anciões. Em função disso, foi desenvolvido um processo de humanização do trabalho.

Em 1947, na Bélgica, o acordo entre patronato e sindicatos instituiu “*La Concertation Sociale*”. Esse acordo serviu de modelo para vários países da Europa.

Em 1967, nos Estados Unidos, ocorreu um grande número de greves. Acordos entre empresas e sindicatos foram rejeitados pelas bases em “ações selvagens”. Na prática, os trabalhadores se rebelaram contra as organizações sindicais, recusando-se a aprovar o que foi acordado com as empresas. Nos anos seguintes, o mesmo aconteceu na Europa. Em 1972, a General Motors financiou uma paralisação de trabalho contra si própria, para acabar com greves selvagens.

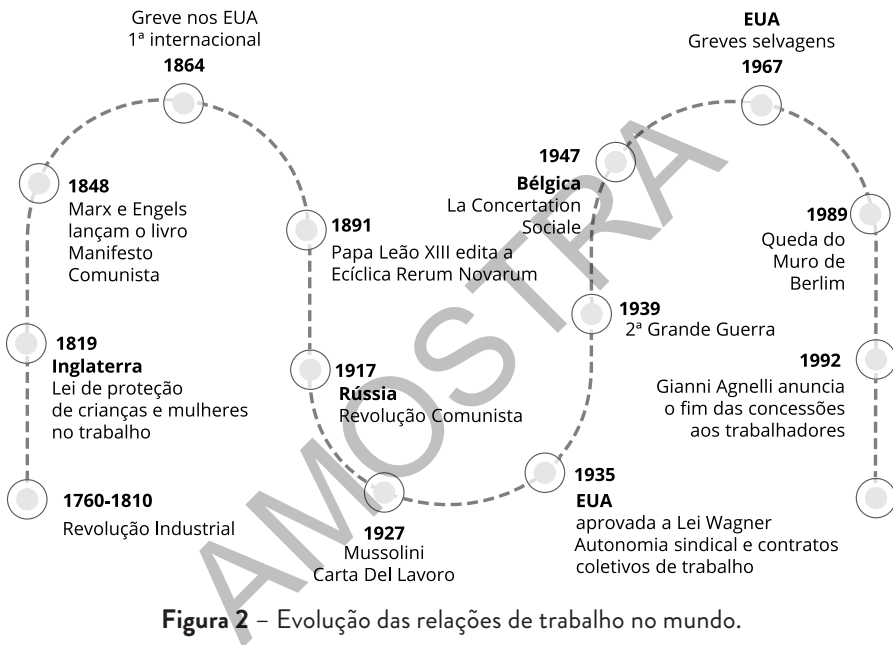


Figura 2 – Evolução das relações de trabalho no mundo.

Em 1989, na União Soviética, a Glasnost de Gorbachev (reforma no modelo comunista) acelerou o fim do socialismo real. A queda do Muro de Berlim selou o seu destino.

Em 1992, o dono da Fiat, Gianni Agnelli, em entrevista ao Le Monde, disse que tinha chegado a hora de acabarem as concessões. Logo depois, em conversa com um sindicalista italiano em Turim, ele me confirmou que isso já estava sendo posto em prática na FIAT. Revelou que há algum tempo só era chamado para negociar a redução dos direitos trabalhistas.

Os quadros a seguir apontam os atores, fatos e fatores responsáveis pela evolução das relações de trabalho no mundo.

Ação Sindical	Ação Técnica	Ação Política
Primeiras lutas	Universidades	Organização Internacional do Trabalho
Organização & Poder	Área de Recursos Humanos	Governos

Figura 3 – Vertentes da evolução dos direitos dos trabalhadores.

As ações sindicais e as negociações, no decurso dos séculos, foram gerando novos direitos para os trabalhadores, que se traduziam em melhores salários, mais benefícios e melhorias nas condições de trabalho. As universidades desenvolveram estudos para comprovar a necessidade de tratar melhor os trabalhadores. Também desenvolveram processos e metodologias para serem utilizadas na gestão de pessoas, o que contribuiu para a evolução das relações de trabalho. As equipes de recursos humanos fizeram o mesmo trabalho dentro das empresas, promovendo, da mesma forma, melhorias significativas na gestão de pessoas.

Países criaram diversos tipos de legislação para regulamentar estas relações, contribuindo, assim, para sua evolução. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) criou uma legislação supranacional com os mesmos objetivos.

2ª Guerra + Plano Marshall

O impacto da guerra trouxe um desejo de se buscar uma solução pacífica para os conflitos: o diálogo. O Plano Marshall deu apoio à construção do Modelo Europeu de Relações de Trabalho.

Ação da gerência

Os gerentes, quando assumiram suas posições nas empresas, passaram a tratar das Relações de Trabalho com um outro olhar, seja por sua formação, seja porque muitos eram oriundos da classe trabalhadora.

Guerra Fria

O receio de que mais países se tornassem comunistas fez com que as concessões aos trabalhadores aumentassem.

Classe média

O surgimento da classe média e o ingresso dos operários nela, nos países desenvolvidos, contribuiu para reforçar o diálogo.

Informação

O crescimento da informação aumentou a consciência dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Crescimento econômico

Os surtos de crescimento econômico estimularam os trabalhadores a reivindicar mais direitos – e os patrões a concedê-los.

Figura 4 – Fatores que aceleraram a evolução das relações de trabalho

Principais personagens:

- **Karl Marx** (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia.
- **Friedrich Engels** (1820–1895) foi um filósofo social e político alemão. Teve papel de destaque no desenvolvimento do marxismo.

Colaborador e amigo de Karl Marx, ele completou os volumes II e III da obra *O Capital*, que o autor não pôde concluir.

- **Robert Owen** (1771–1858) foi um empresário na Inglaterra na época da Revolução Industrial. Ele pode ser visto como um dos mais atuantes pensadores do socialismo utópico. Na condição de administrador, teve a oportunidade de observar claramente as penosas condições às quais os trabalhadores eram submetidos. A partir dessa experiência, resolveu dedicar-se à criação de cooperativas que negassem o individualismo e a lógica egoísta das empresas capitalistas.
- **Jean Joseph Charles Louis Blanc** (1811–1882), político francês, era natural de Madrid e formado em Paris. Foi o precursor do movimento socialista moderno, ou do socialismo estatal. Karl Marx foi um dos autores que veio a adotar os princípios enunciados por Louis Blanc. As suas posições foram expostas na sua obra *Organisation du Travail*, de 1839, onde ele propõe a criação de “Oficinas Sociais”, dirigidas pelos sindicatos operários, com o apoio da entidade estatal.
- **Mikhail Bakunin** (1814–1876) foi um filósofo, sociólogo e revolucionário russo do século XIX. É considerado um dos pais do anarquismo (junto com Proudhon e Kropotkin).
- **Pierre-Joseph Proudhon** (1809–1865), filósofo, político e economista francês, foi membro do Parlamento Francês e primeiro grande ideólogo anarquista da história para o anarquismo do século XIX.
- **Papa Leão XIII** (1810–1903) foi papa da Igreja Católica entre os anos de 1878 e 1903. Seu pontificado foi marcado pela diplomacia e conciliação. Lançou as bases da doutrina social da Igreja.
- **Vladimir Ilyich Ulianov** — Lenin ou Lenine (1870–1924) foi um revolucionário comunista, político e teórico político russo que serviu como chefe de governo da Rússia Soviética de 1917 a 1924 e da União Soviética de 1922 até sua morte.

- **Rosa Luxemburgo** (1871–1919) foi uma revolucionária e teórica marxista polonesa, naturalizada alemã. Tornou-se uma destacada dirigente do movimento comunista internacional.
- **Benito Mussolini** (1883–1945) foi um político italiano. Foi o líder do Partido Fascista, fundado em 1919, no final da Primeira Guerra Mundial. Foi professor e jornalista, escrevia para jornais de esquerda. Alistou-se no exército, chegando a patente de sargento. Em 1922, organizou a “Marcha sobre Roma”, e com o apoio do rei Vítor Emanuel III passou a organizar o gabinete governamental, no cargo de primeiro-ministro da Itália.
- **Robert Ferdinand Wagner I** (1877–1953) foi um político americano do estado de Nova York filiado ao Partido Democrata. Foi senador entre 1926 e 1949.
- **Mikhail Gorbachev** (1931–2022) foi um advogado e político russo que ocupou a Secretaria-Geral do Partido Comunista da União Soviética, de 1985 a 1991. Com sua política moderada, foi o responsável pela abertura social, política e econômica do seu país e, indiretamente, pelo fim da Guerra Fria.
- **Giovanni “Gianni” Agnelli** (1921–2003) foi um empresário italiano e principal acionista da Fiat.

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

Não se pode perder de vista que, quando começaram a ser aprovadas as primeiras leis de proteção ao trabalhador na Europa, no Brasil estava vigente a escravidão. Passaram-se quase setenta anos para que ela fosse revogada pela Princesa Isabel. Essa defasagem provocou efeitos nas relações de trabalho no Brasil até hoje. Um dado curioso é que, em 1853, ainda na vigência da escravidão, foi criado o primeiro sindicato de trabalhadores brasileiro. Foi o Sindicato dos Gráficos. Esses profissionais eram bem avançados, sabiam ler e escrever numa época em que muita gente importante era analfabeta. As relações de trabalho

só se iniciaram aqui, de fato, em 1890, quando chegaram ao país os imigrantes italianos e espanhóis.

Em um período de quase vinte anos surgiram os sindicatos, que cresceram divididos entre socialistas e anarquistas. Assim, aconteceram as primeiras lutas e conquistas dos trabalhadores. Esse período da história é magnificamente retratado por Zélia Gattai no livro *Anarquistas, graças a Deus*, publicado em 1979.

Em 1906, foi realizado o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que lançou as bases para a fundação da Confederação Operária Brasileira – COB.

Em 1907, no Governo Afonso Pena, foi publicado o decreto 1641 que iniciou a contínua intervenção do Estado nas relações de trabalho, durante boa parte do século XX (essa intervenção ocorria cada vez que os sindicatos de trabalhadores ganhavam força e, conseqüentemente, mais poder). O decreto determinava que todos os sindicalistas estrangeiros estavam expulsos do Brasil. Os sindicatos sentiram o baque e só retomaram seu crescimento a partir de 1913. Em um período que vai até 1921, o movimento sindical experimentou forte evolução estimulado pelo crescimento da indústria que vende quase tudo o que produz para os países envolvidos na Primeira Guerra Mundial.

No ano de 1917 ocorreu a greve geral em São Paulo, iniciada numa fábrica de tecidos. A greve recebeu a solidariedade e adesão inicial de todo o setor têxtil que foi seguido pelas demais categorias. Todas as reivindicações foram atendidas.

Já em 1921, o governo ensaiou outra intervenção, dessa vez jurídica. Trata-se da criação do Conselho Nacional do Trabalho, destinado a controlar as ações dos sindicatos.

Em 1922, foi fundado o Partido Comunista Brasileiro por um grupo de militantes liderado por Astrogildo Pereira. Desse ano até 1978, portanto por 56 anos, o Partido Comunista liderou as entidades e ações sindicais no Brasil. Aquele ano foi início de uma das fases de maior crescimento do sindicalismo no Brasil, que durou até 1935. Esse período é descrito em detalhes na trilogia *Subterrâneos da Liberdade*,

de Jorge Amado. Vale destacar que a liderança do mundo sindical foi feita, a maior parte do tempo, de forma clandestina, pois o partido viveu pouco tempo legalizado.

Entre 1922 e 1927 aconteceu uma série de fatos relevantes ligados ao chamado “Tenentismo”. Os tenentes tentaram mudar a República por meio da luta armada. Os dois fatos mais relevantes são “Os 18 do Forte” e a “Coluna Prestes”. No primeiro fato, os tenentes colocaram o forte de Copacabana em pé de guerra para iniciar um movimento dentro das forças armadas, mas foram derrotados. No segundo, Luiz Carlos Prestes liderou um grupo armado que chegou a ter 1500 pessoas que percorreram mais de 25.000 km lutando e fazendo proselitismo contra o governo nas cidades por onde passavam. Sem conseguir êxito, exilaram-se na Bolívia e no Paraguai.

Em 1931, o presidente Getúlio Vargas lançou uma legislação trabalhista que se constituiu nas bases da sua política de relações de trabalho. Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho e grande impulsor daquela legislação, disse no seu discurso que “O governo espera que patrões e trabalhadores se entendam sob a vigilância permanente do Estado”.

No período de 1935 houve uma tentativa de revolução comunista. O Partido Comunista, que tinha algumas peculiaridades no Brasil, tinha preparado a tomada de poder desde 1922. Ele contava com grande adesão de militares, incluindo alguns generais e coronéis. As lideranças imaginaram que não seria difícil vencer a revolução. Estavam enganados: a aventura durou apenas três dias. Os militares fiéis ao presidente passaram um rolo compressor sobre os revoltosos. Fortalecido pela vitória, Getúlio Vargas decretou a Lei de Segurança Nacional, dando início a um período de dez anos como ditador no qual reprimiu a esquerda e a direita, a última representada pelo Partido Integralista comandado por Plínio Salgado.

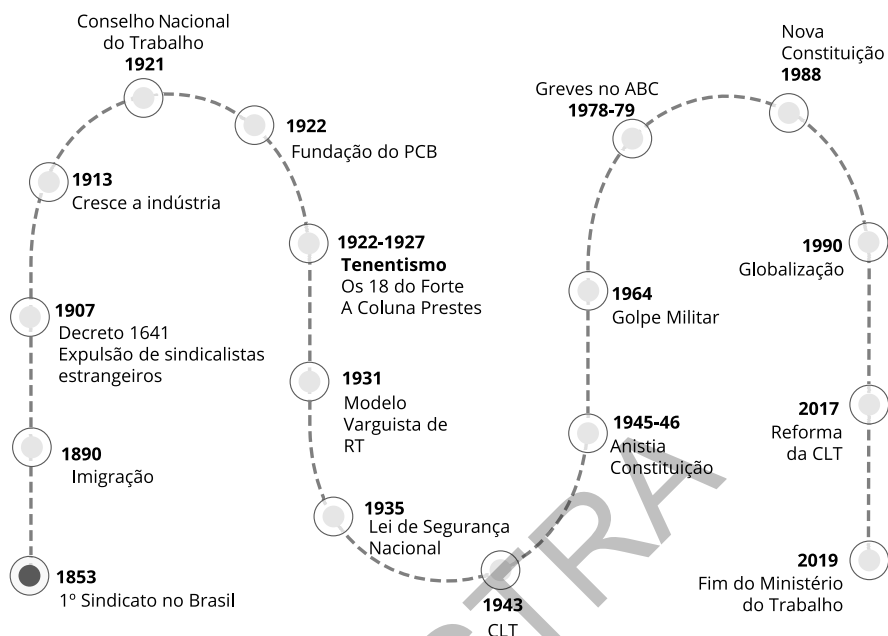


Figura 5 – Evolução das relações de trabalho no Brasil.

Em 1941, Getúlio Vargas criou a Justiça do Trabalho. Assim, em 1943, a CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Clube de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito.

Em 1945, aconteceu a anistia e Getúlio Vargas foi afastado do poder. No ano seguinte foi votada uma nova constituição. O Brasil perdeu a oportunidade de fazer uma reforma das relações de trabalho que alinharia o país com o que estava sendo feito nos países de primeiro mundo. Naquele momento os interesses dos conservadores com os do Partido Comunista se cruzaram e não havia disposição para estimular o diálogo. Esse fato somente contribuiria para diminuir as chances de uma tomada de poder pela via revolucionária. Logo após, começou mais um período de desenvolvimento das entidades sindicais.

Em 1964, aconteceu o Golpe Militar e iniciou-se um tempo muito difícil para os sindicatos.